

Tendências/Debates

A economia em descompasso

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

As últimas notícias e medidas governamentais objetivando manter, em 1987, alta taxa de crescimento, baixa taxa de inflação, redistribuição de renda, elevado nível de investimento e atendimento aos objetivos sociais, sobre equacionar o problema da dívida externa e melhorar a "performance" da balança comercial, implicam a certeza de que os governantes não aprenderam a lição ensinada pelo fracassado Plano Cruzado.

O discurso governamental é privatista. A prática é estatizante. Pretende o governo que os investimentos sejam retomados pela iniciativa privada, mas tirá-lhe, através de tributos nunca dantes tão elevados na história do país, sua capacidade de investir. Nem por isto, não obstante a brutal transferência de recursos do segmento produtivo da nação para o ineficiente, tem aliviado o déficit público. O governo esgrime em fórmulas novas e mais generosas para calculá-lo, mas por qualquer delas o déficit permanece. E permanece porque o governo não tem vontade política de reduzi-lo.

A evidência, o discurso privatista de impossível aplicação, à luz da retirada de recursos, via imposição fiscal, é seguido da desconsolada afirmação de que o setor público será obrigado a preencher os vácuos de investimento, se a iniciativa particular, privada de recursos pelo poder público, não tiver condições de se expandir.

É bem verdade que o governo acena com o descongelamento de preços a ser controlado por órgãos sem condições de atuação

e de concedê-lo, muitas vezes, após longa e tortuosa análise dos elementos setoriais, em decisão sempre mais política que econômica.

O descongelamento, todavia, de preços, que acarretará o de salários, provocará necessariamente, acrescido à elevação de tributos e tarifas, elevada inflação, que deverá provocar recessão numa segunda etapa, se, simultaneamente, as elevadas taxas de juros atraírem recursos para o sistema financeiro. A recessão, todavia, apenas ocorrerá após o exaurimento de forças e recursos de empregadores e empregados. Isto porque, enquanto a política econômica for inconfiável, a sabedoria popular indica o caminho da demanda. É melhor comprar mais hoje do que economizar e comprar menos amanhã.

O remédio recessivo da tributação esterilizada nas "burras oficiais" é de impossível utilização no país, visto que, sobre reduzir a capacidade de investimento do setor privado, ganha velocidade de circulação quando ingressa para cobrir o déficit público, pois volta à circulação, em grande velocidade.

Por essa razão, no passado tivemos recessão e inflação, visto que o déficit público neutraliza sempre a potencialidade corretiva da imposição fiscal constrito-ra da demanda.

É bem verdade que, reconhecendo seus erros, volta o governo a imitar a política delfiniana, apenas com carga ideológica de que o ex-czar das finanças não se revestira. Todas as medidas tomadas caminham pela estrada

monetarista, pelo fracasso do estruturalismo, de resto fracasso internacional, visto que os países estruturalistas não progrediram.

A carga ideológica e a fantasia matemática, semelhantes à dos paradoxos de Zenon, levaram o país a uma perda de capitais, de mercados internacionais, de tecnologia, de credibilidade no governo, de crença na ordem jurídica, que fatalmente refletirão no planejamento do próximo ano, visto que a característica de condução econômica em 86 foi a absoluta falta de coerência e de permanência de normas capazes de ofertar tranquilidade a projetos de longa maturação. Toda a semana, as regras do jogo eram alteradas e tais alterações trouxeram profundo desconforto aos investidores institucionais e ao povo.

Não vemos como obter o governo o que pretende. Taxa de crescimento elevado é incompatível com baixa inflação. Redistribuição de renda é incompatível com elevados investimentos privados. Alta tributação é incompatível com investimento privados. Controle de preços é incompatível com retomada de investimentos. Alta taxa de juros é incompatível com alto nível de investimentos. Baixa taxa de juros é incompatível com desaquecimento de demanda. E assim indefinidamente poderíamos colocar as incompatibilidades econômicas que o governo federal pretende, contra a teoria econômica mundial, compatibilizadas. Até porque tais incompatibilidades foram consideravelmente exacerbadas pelo fracassado Plano Cruzado.

Haveria, todavia, uma forma de compatibilização. Esta teria que necessariamente passar por uma drástica redução das despesas públicas de custo, alienação do acervo empresarial do Estado para a iniciativa privada estrangeira e nacional, com sensível redução do perfil da dívida interna e externa, o que provocaria necessariamente sensível redução da pressão tributária sobre o cidadão e estímulo a vigoroso processo de investimentos privados.

O governo passaria a fazer o que sabe fazer, ou seja, ofertar segurança pública, justiça, educação, saúde e previdência e a ser sócio pela tributação das empresas privadas nacionais e internacionais, e deixaria de fazer o que não sabe fazer, que é ser empresário.

Para tal decisão política, todavia, necessitaria o governo de coragem. E por não ter esta coragem, não acreditamos que o seu projeto econômico de conciliação de metas inconciliáveis seja viável, devendo fracassar em 87 de forma mais dramática do que em 86, não obstante a sensível melhoria da atuação oficial no cenário internacional, em nível de negociação diplomática. Salvo se o presidente Sarney tiver aprendido as lições da economia, que é, fundamentalmente, uma ciência psicossocial e não matemática, como teimam alguns de seus assessores em afirmar.